

UAB

**Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu)
Especialização em Docência para a Educação
Profissional e Tecnológica – DocentEPT**

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Políticas de Regulação para a Educação Profissional e Tecnológica
Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e
Tecnológica

Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT

Oferta Campus Rio Branco

RIO BRANCO, ACRE
2022

Ministro Interino da Educação

Victor Godoy Veiga

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Tomás Dias Sant'Ana

Diretora de Políticas de Regulação de Educação Profissional e Tecnológica

Joelma Kremer

Coordenar-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

Anderson Sanita

Coordenadora do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (Oferta Capes/UAB e Setec/MEC)

Simone Medeiros

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Cláudia Mansani Queda de Toledo

Diretor de Educação a Distância

Carlos Cezar Modernel Lenuzza

Coordenação-Geral de Programas e Cursos em Ensino a Distância

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação Acadêmica

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e Formação em EAD

Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação-Geral de Supervisão e Fomento

Bruno Teles Nunes

Coordenação de Supervisão e Fomento

Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão de Bolsas

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

Comissão de elaboração do Projeto de Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (versão original)

Instituto Federal de Santa Catarina

Paulo Roberto Wollinger

Olivier Allain

Colaboradores

Instituto Federal do Espírito Santo

Mônica Costa Arrevabeni

Danielli Veiga CarneiroSondermann

Wesley Vitor da Silva

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Marilza Regattieri

Joelma Kremer

Crislaine Kruber

Joedna Hubner

Reelaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT em 2022.

Instituto Federal de Santa Catarina

Paulo Roberto Wollinger

Instituto Federal do Espírito Santo

Larissy Alves Cotonhoto

Adaptação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT para oferta Capes/UAB e Setec/MEC

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Simone Medeiros

Colaboradoras

Iara Christina Silva Barroca

Joana Darc de Castro Ribeiro

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Luiz Alberto Rocha de Lira

Adaptação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT para oferta no Instituto Federal do Acre

Alessandra Cristina de Angeli

Ednilson Gomes da Silva

Luciano Santos de Farias

Raimara Neves de Souza

Rodrigo Silva Souza

Yara Riqueti Rodrigues

Sumário

1. Identificação do Curso	7
2. Breve Histórico do Ifac e a oferta de EaD	8
2.1 Campus Rio Branco.....	11
3. Caracterização da proposta	12
3.1 Apresentação e contextualização institucional.....	12
3.2 Breve histórico da oferta do Curso.....	12
3.3 Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	17
3.3.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares	17
3.3.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica	20
3.3.3 Dimensões do trabalho	22
3.3.4 Dimensão social do trabalho e da técnica.....	25
3.3.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores.....	26
3.3.6 Princípios Educacionais	27
3.4 Viabilidade técnica	28
3.5 Justificativa	31
3.5.1 Exigência Legal.....	31
3.5.2 Fundamentação Legal para o Curso de Especialização Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.....	32
3.5.3 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT.....	33
4. Objetivos	36
4.1 Objetivo Geral	36
4.2 Objetivos específicos	36
5. Perfil do Egresso	36
6. Público-alvo	37
6.1 Seleção de Candidatos	38
6.2 Matrícula	38
7. Infraestrutura	38
8. Instalações gerais e equipamentos	39
8.1 Acessibilidade no Moodle	40
8.2.1 Ferramentas de acessibilidade no AVA no Ifac	40
8.3 Polos de apoio presencial.....	41
8.4 Biblioteca.....	43
9. Fontes de Recursos Orçamentários	43
10. Corpo Docente e Técnico do Curso	44
10.1 Coordenação e Corpo Docente do Curso	45

10.2 Formação de Formadores e equipes locais.....	46
11. Matriz Curricular	47
11.1 Componentes Curriculares:.....	47
11.2 Cronograma de Oferta Curso no Ifac/Campus Rio Branco.....	49
12.1 Metodologia	50
12.1 Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem	53
12.2 Trabalho Final de Curso – TFC	55
13. Aprovação	56
14. Atividades de atendimento aos estudantes	57
15. Estágio	57
16. Avaliação do Curso	57
17. Certificação	58
17.1 Certificações Intermediárias	58
17.2 Certificação de conclusão deste curso	58
18. Ementário.....	59
19. Referências.....	73

1. Identificação do Curso

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante				
UA Responsável	Instituto Federal do Acre (Ifac)				
Carga Horária Total	480h	Duração (Meses)	12 meses	Nº vagas	100
Modalidade	Educação a Distância				
Sistema de organização	Modular				
Instituições parceiras	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica -Setec/MEC - e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.				
Público-Alvo	Graduados, sendo preferencialmente bacharéis e tecnólogos, que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de educação profissional e tecnológica. O segundo público-alvo preferencial são professores com a mesma formação que atuação no quinto itinerário do ensino médio das redes públicas estaduais.				
Início da oferta	Agosto de 2022				

O Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Docência para a EPT, com carga horária de 480h, com duração de 12 meses, na modalidade a distância, destina-se a graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos, que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de educação profissional e tecnológica. Sendo destinadas 100 vagas para o Instituto Federal do Acre (Ifac) que serão distribuídas em 05 Polos de apoio presencial UAB. Destas vagas, 30% destina-se a docentes do quadro efetivo do Ifac.

A gestão acadêmica e administrativa será do *Campus* Rio Branco, com apoio do Centro de Referência de Educação a Distância e Formação Continuada (Cread), iniciando a partir de agosto de 2022.

2. Breve Histórico do Ifac e a oferta de EaD

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os Institutos Federais (IFs) foram criados através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica em todo o território nacional, sendo uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades e níveis ensino, atendendo à demanda do Estado, no sentido de pensar nas desigualdades quanto à oferta de distribuição regional de vagas.

O Ifac iniciou a sua oferta de cursos, a partir de julho de 2010, possuindo cursos dos eixos de Recursos Naturais, Ambiente, Saúde e Segurança e Gestão e Negócios, sendo estes distribuídos nos campi: Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e o Campus Avançado Xapuri. Os cursos ofertados atendem desde a Formação Inicial e Continuada, Cursos Técnicos de Nível Médio, nas formas integrado ao ensino médio e subsequente, Cursos Superiores de Tecnologia, Bacharelados, Licenciaturas, Cursos de Pós Graduação, sendo cursos em nível de especialização (*Lato Sensu*) e um curso de Mestrado (*Stricto Sensu*) em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), além de cursos advindo de programas de fomento do Governo Federal.

O Ifac, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), baseou-se nas potencialidades do Estado e no mais profundo respeito às demandas da comunidade, assegurando assim condições de levar a comunidade local e regional a uma formação diversificada, contribuindo com a formação científica, profissional e tecnológica de seus cidadãos.

Desta forma, diante das características dos Institutos Federais (IFs), o Ifac, por sua atuação traz inovações nas dimensões política, institucional e pedagógica e vem desempenhando um papel estratégico na formulação das políticas na educação profissional, sendo referência na oferta de cursos, oferecendo formação técnica e atualização pedagógica de forma verticalizada, incluindo cursos de pós-graduação. Nesta perspectiva, a Lei nº 11.892/2008 estabelece:

Art. 7º Observadas às finalidades e características definidas no art. 6º

desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:
VI - ministrar em nível de educação superior:
d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

Sendo assim, os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* permitem o aperfeiçoamento profissional, de modo que o trabalhador possa atuar com propriedade sobre a área de estudo, tendo um excelente conhecimento e atualização em áreas específicas. Desta forma, ofertar cursos que promovam competências e especialidade em determinada área é um dos objetivos dos Institutos Federais.

Nessa perspectiva, a proposta para o desenvolvimento das ações de Ensino, Pesquisa e extensão do Ifac está estruturada no incentivo ao uso de tecnologias, desenvolvimento de recursos pedagógicos, formação de pessoal técnico e docente, na realização de convênios com instituições e organismos de fomento e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da Setec/MEC.

Considerando as características geográficas do estado do Acre, a educação a distância é uma das alternativas viáveis para promover o acesso da população à formação profissional, pois a sua localização confere à região características peculiares, com abundância de florestas, reservas e rios, que cortam todas as regionais. Tal condição confere rica diversidade à população, distribuída em áreas urbanas, rurais, ribeirinhas e terras indígenas. Sendo assim, essas características ampliam o desafio de atendimento, dada a dificuldade do acesso à modalidade presencial, devido a restrição logística de acesso às comunidades dos municípios mais longínquos. Nesse sentido, a oferta de cursos na modalidade a distância tem se tornado uma alternativa promissora, tanto para o atendimento da população residente em municípios onde não há campus do IFAC, quanto para o fortalecimento das ações de ensino nos municípios que já contam com um campus.

Nesta perspectiva, a oferta de EaD no Ifac ocorre em consonância às políticas de democratização da Educação Profissional e Tecnológica, voltadas para o acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas. Para isso, a infraestrutura começou a ser organizada com a implantação de Programas como os da Rede e-Tec Brasil e que posteriormente foi incluída ao Pronatec, ampliando a parceria com os *Campi* na oferta de EaD.

A Educação a Distância do Ifac, iniciou sua oferta em 2013, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), ofertando Cursos Técnicos em Administração e Serviços Públicos, por meio de programa de fomento da Rede e-Tec Brasil. Criada em 2014, a Diretoria Sistêmica de Programas Especiais – DSPES executou cursos do programa e-TEC, na oferta de Cursos Técnicos subsequentes ao Ensino Médio em Administração e em Vendas, assim como cursos técnicos subsequentes relacionados ao Profuncionário, sendo eles: Secretariado Escolar, Infraestrutura Escolar e Multimeios Didáticos. Também concretizou a parceria com o Instituto Federal de Rondônia (Ifro), ofertando os cursos Técnicos Subsequentes de Ensino Médio em Informática para Internet e em Finanças.

Em 2015 o Instituto firmou parcerias com a Secretaria de Estado de Educação e Prefeituras para a oferta dos cursos do Programa e-Tec e Profuncionário que posteriormente foram integrados ao Pronatec. Nesta época, o IFAC possuía 15 pólos, sendo 6 (seis) pólos instalados nos campi do IFAC e 7 (sete) instalados em escolas ou CEDUP, vinculados a Secretaria de Estado de Educação, e um polo cedido ao IFAC pelo município de Porto Acre, por meio de Termo de cessão de uso.

Em 2017, além dos cursos já ofertados pelo Ifac, por meio do programa Pronatec/e-Tec, também foi incluído a oferta do curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Meio Ambiente, ofertado no Polo de Porto Acre, sendo muito aceito pela população local, havendo uma efetiva permanência dos estudantes.

Com objetivo de fortalecer a oferta de EaD no IFAC, apoiando os *Campi* e articulando ensino, pesquisa e extensão, foi criado o Centro de Referência em Educação a Distância e Formação Continuada (Cread), por meio da Resolução CONSU/IFAC nº 031/2017, contando com servidores do quadro efetivo e infraestrutura para o planejamento de suas ações em articulação com os campi. A criação do Cread elevou o patamar da oferta de EaD no IFAC, compondo um dos principais projetos do Planejamento Estratégico, com vistas a explorar ao máximo o potencial da EaD na formação de estudantes, servidores e da população.

Algumas das principais atribuições do Cread, além de orientar e colaborar com os campi na oferta de cursos Ead, também se destacam o fortalecimento da oferta de cursos a distância relacionados à formação inicial e continuada de professores e técnicos administrativos em educação e em promover parcerias para

a oferta de cursos técnicos, de graduação, pós-graduação e formação inicial e continuada, por meio do desenvolvimento de diferentes programas, conforme descrito no PDI 2020-2024.

2.1 Campus Rio Branco

O *Campus* Rio Branco, criado pela Portaria Ministerial nº 1.170/2010, hoje conta com salas de aula, laboratórios, biblioteca, auditório, refeitório, estacionamento, ginásio poliesportivo e espaço para atendimento e empreendimentos solidários. Esse *Campus* está voltado a atender aos eixos de Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Desenvolvimento Educacional e Social, oferta cursos técnicos integrados, subsequentes e superiores, além de contar com estrutura para promoção de aulas em Educação a Distância. Os seus cursos estão distribuídos entre: FIC, técnicos, licenciatura, cursos de tecnologia, de bacharelado, especialização e mestrado.

Esse Campus, desde 2013, tem colaborado com a oferta de cursos em EaD, sendo sua estrutura utilizada inicialmente como polo de EaD e colaborando com a articulação de oferta de cursos a distância. Em 2015, o *Campus* passou a ofertar, por meio do Centro de Idiomas do programa e-Tec Brasil, o curso FIC de Línguas inglesa, intensificando a sua atuação em 2021, por meio de oferta própria de cursos FIC de inglês e espanhol.

Ainda, nesse ano, o Campus Rio Branco ofertou os cursos FIC de Assistente Administrativo e Assistente em Recursos Humanos, na modalidade de EaD, aderindo ao programa do governo federal “Novos Caminhos” da Setec/MEC, estabelecendo como contrapartida a atuação de seu corpo docente na execução dos componentes curriculares estabelecidos em seu PPC.

A demanda no estado do Acre por formação profissional e tecnológica é crescente, especialmente no que concerne à formação inicial e formação continuada de professores específica para atuarem na Educação Profissional e Tecnológica, fazendo-se referência especial à formação de novos professores por meio das licenciaturas que oferta. Para o atendimento dessa demanda, o IFAC, tem buscado programas fomentados pelo Governo Federal para a oferta de cursos em EaD.

Nesse sentido, o *Campus* Rio Branco com o apoio do Cread conta com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio do processo de ensino-aprendizagem, com objetivo de promover a educação profissional e tecnológica, por meio da interação entre os profissionais da educação com as tecnologias da informação e comunicação (TICs), utilizando as metodologias educacionais e recursos educacionais adequados a esta modalidade, a fim de atender as diferentes regiões do Estado, criando condições às comunidades para o acesso e permanência na educação profissional e tecnológica.

3. Caracterização da proposta

3.1 Apresentação e contextualização institucional

O objeto desta proposta é a oferta do Curso de Pós-graduação (*Lato Sensu*) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação Setec/MEC, por meio Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes/UAB, no âmbito do Edital nº 9/2022, que propõe a implementação do presente projeto como um dos objetos, doravante denominado DocentEPT, voltado para a formação de profissionais da educação, com vistas à promoção de formação complementar pedagógica aos docentes bacharéis e tecnólogos e à oferta de Educação Profissional nas redes públicas de educação.

3.2 Breve histórico da oferta do Curso

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, em 01 de março de 2018, publicou a chamada pública para articulação de cursos superiores na modalidade EaD, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC, com o objetivo de atender ao artigo 206 da Constituição Federal, em seus incisos V e VII, aos artigos 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), e as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-

2024), que tratam das diretrizes para os profissionais da educação básica, buscou parceria com a Capes/UAB para que, em regime de colaboração com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pudesse elaborar cursos produzidos sob demanda da Setec/MEC, em áreas estratégicas, com propostas de projetos pedagógicos de cursos (PPCs) unificados e materiais didáticos nacionais, produzidos para compartilhamento junto às instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que aderissem à oferta dos cursos fomentados nacionalmente.

O Edital Capes nº 05 de 2018 estabeleceu normas para seleção de propostas de instituições públicas de ensino superior, integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), para oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância (EaD), no âmbito do Programa UAB. O objetivo do edital foi selecionar propostas das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrantes do Programa UAB, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com vagas prioritárias para cursos na área de Formação de Professores, em atendimento à Política Nacional de Formação de Professores, conforme Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. De acordo com as regras do edital, as IPES poderiam ofertar cursos convencionais ou nacionais e, neste caso, assumiriam a irrestrita concordância com os termos do Projeto Pedagógico Nacional e com o material didático produzido, comprometendo-se a ofertá-los de forma integral, acatando o público-alvo a ser atendido.

Nesse contexto, a Setec/MEC apresentou duas propostas para realização de cursos nacionais, sendo uma delas, a oferta de um curso em nível de especialização (*lato sensu*), voltado para a formação em docência para professores da educação profissional e tecnológica, visando atender à Meta 15 do PNE e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que asseguram aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por meio de pós-graduação *lato sensu*, de caráter pedagógico.

Segunda a Nota Técnica nº 102/2018/CGFS/DIR/SETEC/SETEC, a proposta de oferta em âmbito nacional do Curso de Pós-Graduação (*lato sensu*) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica vinha ao encontro da efetivação de políticas públicas voltadas para a Educação Profissional, já projetadas desde o ano de 2003, visto que tinham como meta atender a crescente demanda surgida a partir

da expansão do ensino técnico-profissional no país, bem como contribuir para o fortalecimento de ações voltadas à formação de professores da educação profissional. Para atendimento a essa expansão, várias ações foram realizadas no sentido de contemplar a formação de professores.

Dentre essas ações, destacam-se as ofertas de cursos de licenciaturas para os professores com formação técnica, portadores de título de Bacharel e Tecnólogo. Ainda assim, era preciso proporcionar cursos de pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização a esses professores, com vistas à expansão de conhecimentos pedagógicos sobre a docência, tornando-os especialistas na área.

Além disso, as exigências por um novo perfil de formação profissional demandavam um currículo que integrasse tecnologia, ciência e formação humana. Em decorrência disso, novas concepções deveriam integrar as propostas de cursos voltadas à formação docente, especialmente as que abordassem o trabalho como princípio educativo central no processo de formação docente, de modo que contribuísse para a compreensão do professor sobre a importância da intervenção humana no mundo físico e social, assim como nas contradições que também sustentam este universo

Com base nesses pressupostos, o Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contribuiria para o desenvolvimento profissional do professor da educação profissional. Ademais, essa proposta deveria desenvolver um processo formativo que considerasse não apenas a exigência legal de formação pedagógica para os professores sem licenciatura, conforme é apontado no Art. 40 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, mas que contribuísse, também, para a atualização acerca das demandas direcionadas para a Educação Profissional na contemporaneidade.

Para tanto, fez-se necessária uma atualização do debate pedagógico envolvendo a produção do conhecimento acerca da EPT, assegurada pela contextualização, reflexão e práticas pedagógicas sobre a docência nessa modalidade de ensino, no qual estarão presentes, também, ações que fortaleçam o elo entre ensino-pesquisa-extensão, no âmbito da integração entre ciências, tecnologias e cultura, tomando como referências as diversas configurações de cada realidade institucional.

A proposta do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deveria ser encaminhada à Capes/UAB até 31 de julho de 2018, para que fosse inserida no Sistema Integrado da Capes (Sicapes), o qual é utilizado para a submissão de propostas pelas instituições interessadas pelas ofertas relativas ao Edital Capes nº 05/2018.

A adesão pelas instituições públicas de ensino superior foi realizada na 2ª fase de proposição do referido Edital. As instituições que se propuserem ofertar esses cursos, enquanto demanda nacional, deveriam assumir irrestrita concordância com os temas do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), comprometendo-se a ofertá-lo de forma integral, acatando, nos casos informados, o público-alvo a ser atendido. Para tanto, seria necessário solicitar à Capes/UAB um prazo mínimo de dois (02) meses para que as instituições aprovassem os PPCs em seus respectivos Órgãos Colegiados ou Conselhos Superiores.

Conforme o exposto e considerando o curto prazo para a criação do PPC do DocentEPT, bem como a consequente submissão à Capes/UAB, instituiu-se, por meio da Portaria nº 26, de 16/06/2018, Grupo de Trabalho pela Setec/MEC com representantes das Redes de Educação Profissional e Tecnológica que possuíam experiência tanto com a realidade docente na EPT, especialmente no que tange à modalidade a distância, quanto na criação de PPCs, com vistas a facilitar e agilizar a consecução da proposta. Esse Grupo de Trabalho teve como principais objetivos: a) realizar diagnósticos dos projetos de cursos existentes nas instituições; b) elaborar proposta de oferta nacional de Curso, na modalidade a distância, contemplando requisitos do desenho institucional e pedagógico do Curso; e c) conduzir a validação da proposta junto a profissionais da área do Curso.

Nesse contexto, propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foram apresentadas por diferentes instituições tanto à Setec quanto ao Grupo de Trabalho instituído. No entanto, foi a proposta de Projeto Pedagógico de Curso apresentado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), que obteve a validação pelo Grupo de Trabalho e pela Setec/MEC, constituindo-se no Curso de Pós-Graduação o (Lato Sensu) em Docência para a EPT, em nível de especialização, sendo ofertado em nível nacional. Para além do PPC, o IFES assumiu, em parceria com a Setec/MEC, a responsabilidade de desenvolver e elaborar os materiais didáticos-pedagógicos do referido Curso.

Assim, o PPC foi disponibilizado para a Capes/UAB e, no âmbito de uma nova repactuação estabelecida a partir de 2020, 11 (onze) instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB aderiram à proposta em que a Capes/UAB disponibilizou 4.002 (quatro mil e duas) vagas, sendo matriculados 3.868 cursistas, em 74 polos de apoio presencial, sendo elas: IFG, IFPE, IFNMG, IFPB, IFAP, IFSP, IFRO, IFPI, IFMT, IFAM e IFRR.

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, mais conhecido como DocentEPT, teve, em sua primeira edição, duas ofertas, sendo uma realizada pela Capes/UAB e uma outra pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). As duas ofertas utilizaram o mesmo PPC e os mesmos materiais pedagógicos produzidos no âmbito do projeto, embora as duas ofertas apresentem estratégias diferentes de implementação, conforme descrição nos parágrafos que se seguem.

O Ifes ofertou o Curso DocentEPT, em âmbito nacional, para 26 estados e o Distrito Federal, por meio de Termo de Execução Descentralizado (TED), com apoio financeiro da Setec/MEC, sendo ele a única instituição certificadora para a oferta em todo o território nacional. Para isso, o Ifes definiu uma estrutura organizacional com perfis e equipes específicos, selecionados em todos os estados por meio de editais locais, sob a Coordenação-Geral do projeto dessa instituição.

A oferta do DocentEPT, no âmbito da Capes/UAB, segue a legislação em vigor do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e as instituições participantes da oferta devem integrar a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cada instituição ofertante é certificadora do Curso de Pós-Graduação em Docência para a EPT. Para isso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB e as equipes são constituídas de acordo com a Portaria nº 110/2019, que regulamentou a Portaria nº 183/2016; a Instrução Normativa nº 2/2017, dentre outras.

Com o novo Edital nº 9/2022, a Capes/UAB institucionaliza, em parceria com a Setec/MEC, a oferta do Curso de Pós-Graduação (*lato sensu*) em Docência para a EPT para mais 6.120 vagas, distribuídas em 25 instituições que integram o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Para a sua consecução, a Setec/MEC realizou, por meio dos Ofícios-Circulares nº 93, nº 94, nº 110 e nº 153/2021, levantamento de demanda para a oferta do DocentEPT no ano de 2022, consultando, além das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Secretarias Estaduais

de Educação e instituições vinculadas que ofertam a EPT. O resultado apresentado, por essas instituições, à consulta de demanda encaminhada, subsidiou a Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, a organizar uma nova oferta para o ano de 2022, com previsão de início em agosto de 2022.

Importante destacar que a oferta do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT vem ao encontro da Política Nacional de Formação de Professores, em conformidade com o Decreto nº 8.752/2016, como também do atendimento à meta 15 do PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que assegura aos professores graduados, não licenciados, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles aprovados em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de caráter pedagógico.

3.3 Fundamentos para a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

3.3.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. O trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação, em cultura e garantem a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o *homo sapiens* (definição da Biologia) é, também, um *homo faber*, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se técnica. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos

materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne-Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “está particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reprodutível sobre seu ambiente” (2005, p. 2). No entanto, vale prestar atenção nas considerações da autora em relação a essa definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O *homo technicus* transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu uso, valida este uso e o transmite. Conseqüentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do termo, isto é, sem elaboração permanente, sem re-questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal-ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica. (GARÇON, p.2, 2005).

Dito isso, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo

de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao tomarmos o café da manhã, uma infinidade de técnicas foi empregada para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem-se as técnicas também, ou porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo o caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas. Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas nem Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EP é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de

aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

3.3.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnografia), métodos etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (*techne + logos*) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” hapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar *do e no* fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceitualização na ação” (PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como *adjetiva* do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de “ato tradicional eficaz” (2002, p.9), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio, e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais disciplinas científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985).

Aos poucos, a Agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nas disciplinas científicas, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-nas. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um Técnico em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como disciplina da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer disciplinas científicas reconhecidas se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, nesse texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e considerando que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da Educação

Profissional para a sociedade e para o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isso. Depois das teorizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores, sociólogos e psicólogos do trabalho e diversos outros pensadores permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

3.3.3 Dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceituação que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN *et al.*, 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações em que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não para de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começemos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um aluno do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o aluno informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o aluno avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin *et al.* (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do eletricitista ou do pedreiro revela, ainda, um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas as dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional, típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um aluno do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o aluno ressalta a oposição da prática escolar ao *ethos* da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser

feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, nas quais o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como afirma Barato (2015, p. 26), os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se *com*, não só um *quê*. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação Profissional e Tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

3.3.4 Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a consequente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus alunos: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros). Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

3.3.5 A formação dos Educadores de Trabalhadores

A formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar esses pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com

sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Conseqüentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Incorre-se, também, na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdo, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

3.3.6 Princípios Educacionais

Esse Projeto Pedagógico do Curso DocentEPT considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

- Reconhecimento do trabalho como princípio educativo, produtor e transformador da existência humana;
- Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação Profissional;
- Fortalecimento da pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente.

- Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção e implementação da formação profissional;
- A análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais.
- A técnica como propriedade *adjetiva* humana de intervenção no mundo para a produção da existência;
- A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações;
- A formação como inserção de atores em comunidades de prática;
- A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana;
- Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando à formação profissional e a transformação social;
- Reconhecimento do docente como trabalhador da Educação Profissional e Tecnológica;
- Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EPT;
- Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes técnico-profissionais e como forma de integração curricular;
- Interprofissionalidade como componente da formação profissional;
- Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir;
- Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do estudante;
- Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica;

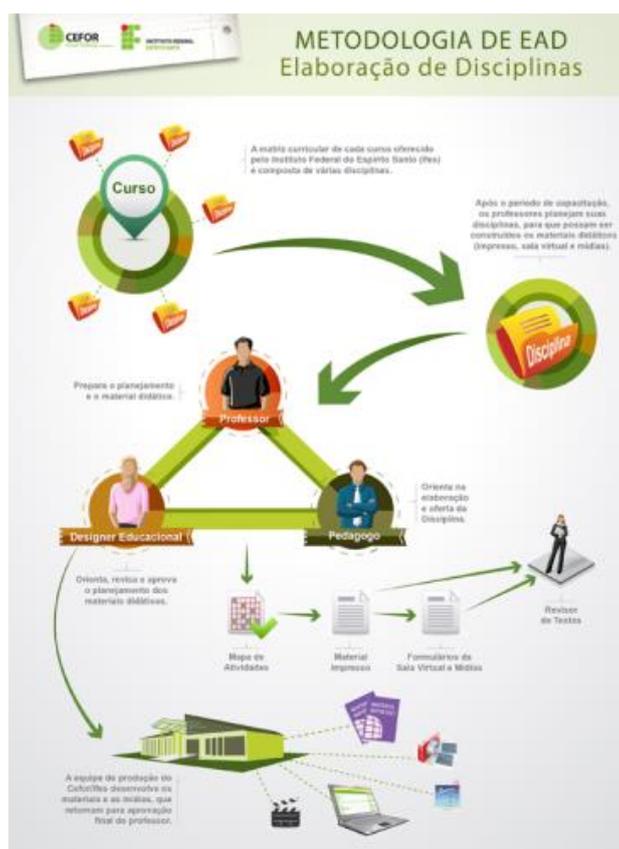
3.4 Viabilidade técnica

O Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor/IFES), além de abarcar a oferta própria de cursos, é responsável pelo desenvolvimento dos materiais pedagógicos do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, atuando no apoio à EaD de todo o Instituto Federal do Espírito Santo, englobando desde formações iniciais e continuadas até a pós-graduação, bem como

na oferta do mesmo Curso para as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Programa UAB/Capes. Nesse sentido, o Cefor presta uma variedade de serviços que vão desde a consultoria para ofertas de cursos em EaD e o uso de tecnologias educacionais na modalidade presencial até a estrutura de tecnologia da informação para interação de alunos, professores e equipes de curso com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

O Cefor/IFES desenvolveu uma metodologia específica para elaboração dos materiais pedagógicos de curso para essa modalidade de oferta, em âmbito nacional, com o objetivo de garantir que as disciplinas tenham a qualidade necessária para um curso EaD. A Figura 1 apresenta um infográfico representativo da metodologia de elaboração das disciplinas dos cursos ofertados pelo IFES.

Figura 1. Metodologia de elaboração de disciplinas EaD



Fonte: Cefor/Ifes (2019)

De acordo com o infográfico representado na Figura 1, os materiais pedagógicos do Curso foram elaborados por uma equipe multidisciplinar constituída por vários atores, em especial o professor formador, o designer educacional e o apoio pedagógico. O planejamento dos cursos é feito de forma integrada entre a equipe, que

inclui ainda profissionais especialistas em design gráfico, produção de vídeo e outras mídias. Além disso, todos os materiais desenvolvidos passam por revisão de texto e, quando necessário, são inseridas ações para garantir a acessibilidade de acordo com o perfil dos alunos com deficiência, podendo envolver a contratação de tradutores e intérpretes de Libras e/ou audiodescritores, bem como um planejamento adequado que contemple acessibilidade cognitiva para todos os alunos, em especial alunos com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e transtornos específicos de aprendizagem.

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, que teve os materiais pedagógicos desenvolvidos pelo Cefor/IFES, tem a carga horária total de 480 horas, sendo o público-alvo constituído de portadores de diploma de graduação, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica.

A distribuição da carga horária do curso inclui atividades teóricas e práticas, individuais ou em grupos. O curso é composto por nove disciplinas obrigatórias, sendo uma delas o Trabalho Final de Curso (TFC). As disciplinas são realizadas a distância, com previsão de atividades síncronas (*online*), previstas para acontecer preferencialmente aos sábados, no período matutino, conforme calendário acadêmico da instituição ofertante. De acordo com o cronograma de atividades do curso, as quatro atividades presenciais acontecerão ao longo do ano letivo, a depender das orientações da instituição ofertante. Também estão previstos seminários de discussões teóricas e práticas sobre a EPT, em períodos alterados entre o início e o fim dos módulos

Durante o curso, os estudantes serão orientados a desenvolver o Trabalho Final do Curso (TFC), que consistirá em um projeto de intervenção na prática docente, ou seja, no planejamento, na implementação e na avaliação de um processo educativo para a Educação Profissional e Tecnológica, a ser desenvolvido individualmente pelos estudantes. A orientação do TFC será realizada por um professor-formador/orientador, que acompanhará e mediará a elaboração do trabalho final. A apresentação do TFC se dará por meio de uma banca de avaliação, constituída por membros internos e externos, e com a participação de colegas de turma/polo. Serão convidados a compor as bancas membros internos do curso, bem como profissionais externos que atuam na EPT.

As apresentações das defesas dos TFC serão avaliadas mediante atribuição de nota, entre zero e cem pontos, sendo aprovado o estudante que obtiver a nota (média) final mínima de 7,0 pontos.

3.5 Justificativa

3.5.1 Exigência Legal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) determina que o magistério da educação básica seja exercido por professores habilitados para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional, enquanto oferta associada à educação básica, considerando especialmente o ensino técnico, inclui-se nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico contidas no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam que, para a formação desse profissional:

[...] quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior.

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

3.5.2 Fundamentação Legal para o Curso de Especialização Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica

Este Projeto Pedagógico de Curso foi elaborado em observância aos princípios gerais da política de formação do Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica estão estruturados em conformidade com as seguintes normativas legais e institucionais:

- Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Dispõe sobre as Diretrizes e bases da Educação Nacional;
- Decreto Federal nº. 5.154, de 23 de junho de 2004 – Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências;
- Decreto Federal nº. 9.057, de 25 de maio de 2017 – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de especialização.
- Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006 - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.
- Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006 - Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.
- Lei nº 12.796, de 4 de Abril de 2013 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação

e dar outras providências.

- Resolução CNE/CES nº1, de 6 e abril de 2018 - Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação Lato Sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 6 de maio de 2022 - Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Resolução CONSU/IFAC Nº 32 de 22 de Outubro de 2020 - Dispõe sobre a alteração do Regimento de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
- Resolução CNE/CP nº1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016 - Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
- Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019 - Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.
- Portaria nº 15, de 23 de janeiro de 2017 - Altera a Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016, que regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

3.5.3 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT

A implementação de programas e ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento dessa modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujas unidades de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem considerar a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional consiste na possibilidade instaurada pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no que diz respeito ao quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos professores voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a missão de ensinar uma profissão soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores qualificada reduzirá o custo no Brasil, uma vez que um trabalhador melhor qualificado aumenta o rendimento de seu trabalho, reduz desperdícios e otimiza recursos. Também uma formação qualificada auxilia na ampliação das ações empreendedoras, agrega valor a produtos e serviços elaborados com maior qualidade, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira.

É fato que os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao Ensino Superior, haja

vista haver um milhão de matrículas no Ensino Técnico, contra 8 milhões de matrículas no Ensino Superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação Básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do Ensino Superior, como a Educação Técnica de Nível Médio e a Qualificação Profissional. Esta cultura educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a Educação Profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e deverá aumentar, ainda mais, com o novo Ensino Médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional e Tecnológica, um programa de formação de professores de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e, especialmente, sintonizado às demandas formativas dessa modalidade, que se diferenciam das formações para a educação infantil e o ensino fundamental.

O presente curso insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores da Educação Profissional e Tecnológica, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação. Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos. Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e

epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

4. Objetivos

4.1 Objetivo Geral

O Curso de Especialização Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica objetiva capacitar graduados, bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica, especialmente nos Cursos Técnicos de Nível Médio e estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a EPT como campo de estudos por meio da Educação a Distância como estratégia educativa.

4.2 Objetivos Específicos

- Qualificar professores para atuarem no ensino profissional técnico, oferecendo disciplinas com caráter didático e metodológico para este fim;
- Estimular a produção e a difusão de conhecimentos científicos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos;
- Atuar na Educação a Distância como modalidade educativa mediadora articulada à Educação Profissional e Tecnológica.

5. Perfil do Egresso

Ao fim do curso, o egresso estará qualificado para implementar as seguintes competências:

- Preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- Lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;

- Elaborar planos de ensino e planos de aula para as unidades a que estiver habilitado a lecionar;
- Elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação Profissional;
- Aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- Participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino;
- Planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- Organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- Inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional e Tecnológica”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- Planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para alunos com deficiência, garantindo acesso aos componentes curriculares trabalhados a todos.

5. Público-alvo

O público-alvo é constituído por graduados, especialmente bacharéis e tecnólogos que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes de educação profissional e tecnológica.

6. Requisitos e forma de acesso

O ingresso no Curso de Especialização Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica respeita os princípios democráticos de igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. O processo seletivo será regulado por edital próprio, ficando a cargo da Diretoria de Ensino (DIREN) e ou coordenação do Curso.

Para a seleção será considerado os seguintes critérios:

- possuir certificação de curso superior de tecnologia, bacharelado ou licenciatura, reconhecido pelo MEC;
- atuam ou pretendam atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes de educação profissional e tecnológica.
- Apresentação do Currículo Lattes do CNPq;
- Preenchimento do formulário de inscrição online pelo site do Ifac.

6.1 Seleção de Candidatos

Os requisitos e etapas de acesso ao curso obedecerão ao Edital de Processo Seletivo a ser lançado e divulgado pelo Ifac.

Na seleção dos professores 30% das vagas será destinada aos professores que compõem o quadro efetivo do Ifac.

6.2 Matrícula

A matrícula será realizada pelo setor de Registro Acadêmico do Campus Rio Branco, seguindo as diretrizes do Edital do Processo Seletivo.

7. Infraestrutura

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, Capes/UAB e Setec/MEC, será ofertado pelo Ifac, por meio do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), sob a responsabilidade do Instituto Federal do Acre, Campus Rio Branco e com apoio técnico e pedagógico do Cread, setor também responsável pela oferta e certificação do Curso, bem como pela customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela migração dos conteúdos das disciplinas que integram a matriz curricular do DocentEPT, elaborados pelo Cefor/IFES.

O curso será ministrado a partir de plataforma Moodle no endereço (<http://ead.ifac.edu.br/ava/>) e com o apoio dos polos de EaD, tendo o Cread como responsável pela sua administração, na exportação dos materiais digitais do Cefor/Ifes e na orientação técnico/pedagógica relacionada à plataforma, enquanto o *Campus Rio*

Branco será o responsável pela gestão acadêmica/pedagógica e administrativa do curso.

Além disso, o suporte técnico para a migração dos conteúdos das disciplinas do DocentEPT dar-se-á por meio do Cefor/IFES, a partir de contatos previamente definidos entre a equipe do Cread/Ifac e sob a coordenação da Setec/MEC.

São pré-requisitos estabelecidos e acordados entre as partes envolvidas na implementação do Curso DocentEPT, no âmbito da oferta Capes/UAB e Setec/MEC, a utilização do mesmo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e os mesmos materiais pedagógicos elaborados pelo Cefor/IFES

8. Instalações gerais e equipamentos

Este curso será ofertado na modalidade a distância, portanto, será realizado por meio de uma parceria que envolve o Ifac, a UAB e o Cefor/IFES como centro responsável pelo planejamento e pela produção de materiais digitais a serem utilizados, além da estrutura física e digital disponível nestas instituições.

Quanto à infraestrutura física, o Ifac cadastrou previamente os polos de apoio presencial UAB, no Sicapes, considerando os termos definidos nas etapas do cronograma do Edital nº 9/2022 e em conformidade com a legislação em vigor na Capes/UAB.

Quanto a infraestrutura digital, o Ifac, por meio do Cread gerenciará o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, o Moodle, tendo em vista que os conteúdos utilizados nesta plataforma foram produzidos pelo Cefor/IFES e serão migrados com facilidade para este ambiente.

Para esse gerenciamento e acompanhamento, o Ifac dispõe de uma equipe técnica que atua no Centro de Referência em Educação a Distância e Formação Continuada, que realizará a colaboração com o suporte técnico e pedagógico de customização da plataforma e organização dos materiais digitais no (<http://ead.ifac.edu.br/ava/>), realizado pela Coordenação de Tecnologias da Informação e Comunicação (Cotic) e Coordenação de Ensino (Coens), prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas.

O Cefor/IFES ficará responsável pela orientação sobre a migração dos materiais pedagógicos para os Ambientes Virtuais das instituições ofertantes do Curso DocentEPT, Capes/UAB e Setec/MEC, nos termos definidos pela parceria IFES e Setec/MEC.

8.1 Acessibilidade no Moodle

Quanto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA-Moodle), este segue as diretrizes de acessibilidade para conteúdo web, previsto pelas normas do consórcio internacional W3C. Assim, serão oferecidos blocos de ferramentas de acessibilidade que facilitam a navegação dos alunos pela plataforma e permite que os usuários personalizem o moodle para suas necessidades visuais, como o aumento da fonte, alto contraste, lupa e narrador.

O Moodle possui Plugin que garante a acessibilidade em Libras (Vlibras), que possibilita as pessoas a utilizarem a língua de sinais para se comunicarem e consigam entender os conteúdos dos sites, já que boa parte da comunidade surda tem dificuldades para a compreensão da Língua Portuguesa. Esses dispositivos facilitam o acesso dos usuários tanto na forma usabilidade com na de acessibilidade.

8.2.1 Ferramentas de acessibilidade no AVA no Ifac

O ambiente virtual do IFAC possui dois plugins de acessibilidade: o ATbar e o Vlibras. O ATbar é um plugin que permite que os usuários personalizem as páginas do Moodle para atender aos seus requisitos de acessibilidade visual, tais como:

- Aumento da fonte: Usado para aumentar o tamanho dos símbolos num texto (letras/números). Com ele, o aluno regula o tamanho de acordo com a necessidade;
- Zoom: Permite aumentar ou diminuir o tamanho da imagem do navegador (incluindo textos e fotos);
- Narrador: Usado para que uma voz leia o conteúdo da tela.

- Lupa: Permite usar uma função de aumentar o zoom em cima de algum conteúdo na tela. O usuário pode definir o tamanho dela e clicar onde quer aplicá-la;
- Alto contraste: Facilita a visualização de conteúdo para alunos com baixa visão. Possui ainda vários temas diferentes de alto contraste.

Já o Vlibras é um plugin que permite a tradução para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) de textos curtos inseridos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do Ifac, atendendo então ao público de alunos com deficiência auditiva. A ferramenta VLibras na plataforma permite que o usuário selecione uma palavra/frase e obtenha a tradução em Libras automaticamente. Para utilizá-lo, basta clicar no ícone azul com o texto "Acessível em Libras", disponível no canto direito do AVA.

Os discentes do curso também terão atendimento ofertado pelo NAPNE, cujo objetivo do Núcleo é de desenvolver ações que propiciem a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas, dos programas de inclusão, respeitando os dispositivos legais, conforme estabelecido na Resolução nº. 145, de 12 de julho de 2013.

A coordenação de curso, juntamente com o Cread e o NAPNE, articularão formas de o atendimento dos alunos com deficiência, garantindo assim que o processo pedagógico seja adequado à sua inclusão e permanência no Curso atendendo às suas necessidades. Ressaltando que o atendimento prestado deve se balizar pela legislação que preza pela oferta de uma Educação Profissional, Científica e Tecnológica Inclusiva e de qualidade a todos os alunos da Rede Ifac.

8.3 Polos de apoio presencial

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES) ofertantes de cursos de nível superior.

Os Polos UAB do Ifac dispõe de espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação,

acústica e ventilação. Ressalta-se que os espaços disponíveis no polo UAB garantem o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes.

Polos de oferta do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica:

- Cruzeiro do Sul;
- Rio Branco;
- Sena Madureira;
- Tarauacá;
- Xapuri.

Os Polos dos citados Campis do Ifac possuem uma infraestrutura adequada ao que está recomendado pelas Diretrizes da UAB, compostas basicamente pelos seguintes itens:

- Sala de coordenação;
- Sala de secretaria;
- Biblioteca;
- Auditório;
- Sala de aula
- Laboratório de informática com computadores para atendimento quantitativo de alunos (as);
- Conexão à internet em banda larga (com acesso de no mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo;
- Ferramentas pedagógicas, tais como: projetor de slides, lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

Na oferta do Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Docência para a EPT, em conformidade com a Capes/UAB e Setec/MEC, o Ifac, além de seguir as diretrizes propostas, seguiu as etapas do cronograma estabelecido pelo Edital Capes nº 9/2022, respeitando o número de vagas disponibilizadas pela Capes/UAB e pela Setec/MEC, portanto, os polos de apoio presencial UAB e a relação de vagas disponibilizadas por polo. A definição foi realizada no Sicapes durante o processo de cadastro das propostas do Curso DocentEPT, nos termos pré-estabelecidos com a Setec/MEC.

O Ifac definiu os polos de apoio presencial, considerando a média de 20 cursistas por polo, comprometendo-se a interiorizar a oferta e constituir equipes locais de acordo com a Instrução Normativa nº 2/2017, da Capes/UAB.

O apoio do polo presencial ocorrerá ao longo do processo formativo, os discentes poderão utilizar a estrutura do polo para realizar as atividades programadas, caso necessitem do uso de computadores, internet e de outras ferramentas e/ou recursos didáticos que o polo disponha.

8.4 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado digitalmente na plataforma Moodle que será utilizada na oferta do curso a distância. Os Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada unidade curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo aluno, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Contudo, os alunos também terão acesso à plataforma virtual da Biblioteca Virtual da Pearson. As informações sobre acesso podem ser obtidas por meio do link: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Account/Login>. Com relação às demais bibliotecas virtuais, sendo gratuitas, os alunos podem ter acesso basta se cadastrar.

Os estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA, por meio de links de acesso, conforme a demanda das disciplinas.

9. Fontes de Recursos Orçamentários

As fontes de recursos orçamentários da oferta do Curso DocentEPT, Capes/UAB e Setec/MEC no Campus Rio Branco, efetivam-se por meio de custeio e pagamento de bolsas, em conformidade com os termos estabelecidos no Edital nº 9/2022, considerando a legislação em vigor, com destaque para a Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019; e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

10. Corpo Docente e Técnico do Curso

Os profissionais envolvidos na oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização, em Docência para a EPT, serão selecionados por edital público, em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB, com destaque para a Portaria nº 102, de 10/05/2019, que regulamenta o Art. 7º da Portaria Capes nº 183, de 21/10/2016, onde prevê-se a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB, criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

É importante salientar que os bolsistas selecionados, servidores do Ifac deverão ser autorizados a participar do projeto, por meio de termo de autorização de sua chefia imediata, sendo esta condição obrigatória para vinculação do bolsista (Art.9º, § 1º, II, do Decreto. 8.240/2014).

O Coordenador de Curso selecionado será responsável pelas atividades operacionais da oferta do curso em conjunto com o setor pedagógico, sendo responsável por acompanhar o desenvolvimento de todas as unidades curriculares, orientando os docentes e envolvidos no curso para garantir a construção do perfil profissional de conclusão descrito neste projeto.

Os professores formadores são responsáveis pelo desenvolvimento dos componentes curriculares do curso, na adequação dos conteúdos, dos materiais didáticos e das atividades, ministrando encontros síncronos e definindo o sistema de avaliação dos alunos. Estes também atuarão de forma gerencial na execução das disciplinas, acompanhando o trabalho dos professores mediadores (tutores) e a correção das atividades avaliativas.

Esses profissionais também exercerão a função de professores orientadores do Trabalho Final de Curso (TFC), sendo responsáveis em acompanhar e mediar a construção do TFC pelos alunos, orientando os discentes em suas pesquisas e participação na banca de defesa do trabalho final de curso.

Os professores formadores selecionados devem ter, no mínimo, título de especialista, com graduação na área específica do componente curricular, sendo que, pelo menos, 30% (trinta por cento) destes deverão ter titulação de mestre ou de doutor, obtida em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu reconhecido pelo Ministério da Educação, conforme Resolução nº 32/2020/ Consu/Ifac.

Professor Mediador (Tutor) é o profissional responsável por orientar e acompanhar os alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle), esclarecendo dúvidas dos alunos, junto ao professor formador. Ele Corrige e media todas as atividades (fóruns, exercícios, provas, trabalhos escritos etc.), acompanhando o desempenho dos alunos, motivando-os no desenvolvimento das tarefas e interagindo pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem.

O corpo técnico do curso será composto por bolsistas UAB, selecionados por edital público, assim como os profissionais do quadro do *Campus* Rio Branco, com apoio de técnicos do Cread.

Para a consecução desta proposta, foi observado a necessidade de formação de uma equipe que dê suporte à construção/formulação do curso, por meio dos aspectos administrativos e pedagógicos.

10.1 Coordenação e Corpo Docente do Curso

As equipes do Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Docência para a EPT, oferta Capes/UAB, são constituídas por profissionais com as seguintes funções:

- Coordenador de Curso I: coordenar o curso na instituição ofertante ou polo/instituição ofertante;
- Coordenador de Curso II: com a função de coordenação adjunta do Curso na instituição ofertante e no desenvolvimento de projeto de pesquisa referente à avaliação continuada do mesmo;
- Coordenador de tutoria I: com a função de atuação em atividades de coordenação e apoio aos tutores do Curso;
- Coordenador de polo: com função de atuação em atividades de coordenação e supervisão da infraestrutura disponibilizada, no sentido de viabilizar atividades realizadas no âmbito do polo;
- Professor Mediador (Tutoria): com função de atuação em atividades típicas de tutoria, desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB e voltadas para o acompanhamento das disciplinas do Curso;
- Professor Formador I: com função de atuação em atividades típicas de ensino, além disso, são participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de

metodologias de ensino, também responsabilizando-se pelas disciplinas ministradas e pela formação de tutores.

- Professor orientador: responsável pela mediação do conteúdo no ambiente virtual e orientação nos trabalhos finais de curso (TFC).

Os critérios de constituição de equipes e de pagamento de bolsas estão determinados na Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

10.2 Formação de Formadores e equipes locais

Para o êxito desse projeto, será necessário que toda a equipe multidisciplinar selecionada esteja qualificada para a execução de suas atividades, em especial os professores formadores, os professores mediadores (tutores), os professores orientadores e os coordenadores de polo, que serão responsáveis pela mediação dos conteúdos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela comunicação com e entre os estudantes.

Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em sua maior parte, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores, ocorridos em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona. Em grande parte do tempo, o estudante irá interagir com o material didático disponibilizado no AVA. Isso exige, então, um grande esforço de planejamento, já que o material deverá estar adequado para facilitar o aprendizado do estudante.

Para tanto, nos momentos de planejamento, ocorrerão a produção de textos, vídeos, atividades, animações e outras mídias que integrarão a sala virtual. Neste sentido, para que estas atividades possam ser desenvolvidas, será imprescindível a formação dos profissionais que atuarão diretamente junto aos discentes, após o período de seleção destes.

No caso dos professores mediadores (tutores), são eles, os responsáveis pelo acompanhamento e orientação de todas as atividades discentes desenvolvidas no AVA. É o profissional que mais interagirá com os alunos, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades. É preciso que esse ator desenvolva habilidades comunicacionais específicas, além de conhecimentos didático-pedagógicos

necessários ao profissional que atuará em um curso a distância. Em relação aos Coordenadores de Curso, as formações auxiliarão nas dimensões afetivas e pedagógicas/práticas e no planejamento do acompanhamento virtual e presencial dos alunos.

Sendo assim, recomenda-se que estes profissionais sejam preparados para o trabalho, em consonância com os princípios pedagógicos norteadores de suas práticas educativas, evitando assim o instrucionismo e/ou a prática pedagógica baseada meramente na intuição ou na prática não planejada, que expresse uma capacitação inadequada e descontextualizada.

Desta maneira, fica entendido que é importante uma capacitação que atenda às necessidades técnico-pedagógicas dos envolvidos nesse projeto de formação a distância, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVA, como também as amplas relações e idiosincrasias tecidas e inerentes à modalidade da educação a distância. É a partir dessa concepção que essa formação possui um valioso papel.

A formação dos profissionais está prevista em calendário da Setec/Mec para acontecer em dois momentos: no início do curso, destacando e problematizando questões estruturais e a dinâmica do curso. No segundo momento, ela será realizada a cada início de módulo, para que os profissionais (professores formadores, tutores e coordenadores de tutoria e de polo) possam compreender as disciplinas em sua estrutura e funcionamento.

Sendo assim, o próximo tópico estará voltado para a apresentação da proposta da matriz curricular para o Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Docência para a EPT:

11.1 Matriz Curricular

11.1 Componentes Curriculares:

Semestre / Módulo	Descrição Componentes Curriculares	Professores (as) / Responsáveis	Obrigatória ou optativa	Carga horária
MÓDULO Primeiro Semestre:	Ambientação em EaD		Obrigatória/EaD	30

Aperfeiçoamento em Docência para a EPT)	Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica		Obrigatória/EaD	60
	Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica		Obrigatória/EaD	60
	Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.		Obrigatória/EaD	60
	Didática Profissional e Tecnológica.		Obrigatória/EaD	60
MÓDULO II Segundo Semestre (Certificação: Especialista em Docência na EPT)	Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica		Obrigatória/EaD	60
	Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica		Obrigatória/EaD	45
	Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica		Obrigatório/EaD	45
	Trabalho Final de Curso - TFC		Obrigatória/EaD	30
	Libras		Obrigatória/EaD	30
Total da Carga Horária de Disciplinas Obrigatórias e Trabalho de Conclusão				480
Carga Horária Total do Curso				480

11.2 Cronograma de Oferta Curso no Ifac/Campus Rio Branco

CRONOGRAMA DE OFERTA DO CURSO DOCENT_EPT (OFERTA CAPES/UAB e SETEC/MEC) - 480h / 12 meses														
MÓDULOS	DISCIPLINAS	ANO DE REFERÊNCIA 2022						ANO DE REFERÊNCIA 2023						
		AGO	SET	OUT	NOV		DEZ	JAN	FEV		MAR		ABR A AGO	SET
		S2 a S4	S1 a S4	S1 a S4	S1 a S2	S3 a S4	S1 a S4	S1 a S4	S1 e S2	S3 e S4	S1 a S3	S4	S1 a S4	S1 a S4
	Aula Inaugural													
MÓDULO I	Ambientação em Educação a Distância (30h)													
	Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica (60h)													
	Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica (60h)													
	Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (60h)													
	Didática Profissional e Tecnológica (60h)													
MÓDULO II	Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica (60h)													
	Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica (45h)													
	Pesquisa e extensão tecnológicas para a Educação Profissional e Tecnológica (45h)													
	Trabalho Final de Curso (30h)													
	Libras (30h)													
	Elaboração do TFC													
	Defesa do TFC													

12.1 Metodologia

A carga horária total do curso é de 480 horas, integrando-se nove disciplinas obrigatórias, sendo uma delas o Trabalho Final de Curso (TFC). As disciplinas serão desenvolvidas na sequência da matriz curricular, para isso, curso será desenvolvido em dois semestres letivos, na modalidade a distância.

As atividades educativas incluem:

- Material didático digital, com textos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, permitindo que o aluno possa imprimir, caso necessite;
- Vídeoaulas para aperfeiçoamento e ampliação das visões sobre os conteúdos;
- Indicação de leituras e materiais suplementares para pesquisas;
- Adaptação em áudio do material escrito, a critério docente e necessidades especiais dos cursistas;
- Atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas abordados;
- Atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;
- Atividades diversas e relevantes para a formação do docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;
- Atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- Indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- Fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- Materiais acessíveis para o caso de alunos com surdez ou deficiência visual;
- Sistema de mensagens para acesso aos tutores ou à Coordenação do Curso.

Todo o material bibliográfico será construído ou selecionado por meio da escolha realizada pelos professores conteudistas do Cefor/lfes, porém, serão utilizados pelos professores formadores do Ifac, podendo ser adaptado com novas informações, tais como, figuras, gráficos, tabelas, *hiperlinks* ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas.

Nesta proposta de curso, o professor formador deverá organizar o desenvolvimento de cada componente curricular, assim como a metodologia utilizada e o material didático a ser usado na disciplina, incluindo as avaliações que deverão ser estabelecidas no plano de ensino e organizadas no AVA. O professor deverá participar de atividades de formação para este fim, já no início da oferta das disciplinas, em encontros realizados pela Setec/MEC.

Na realização das disciplinas, há a previsão de atividades síncronas (*online*), com o link de webconferência e, ou presenciais que acontecerão, conforme cronograma de atividades do curso e contarão com a atuação do professor formador, professores mediadores e orientadores de TFC, na orientação dos cursistas. Também está previsto encontros presenciais para realização de atividades avaliativas, em conformidade com o estabelecido em calendário de curso, sem prejuízo da adoção de outros métodos aptos à produção dos resultados almejados.

No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) estarão organizadas as atividades a serem desenvolvidas a distância, os materiais didáticos, comunicados, calendário letivo, as notas e acesso a ferramentas para interação entre alunos, professores formadores e mediadores a distância (tutores).

Haverá também o atendimento e orientação aos alunos pelo professor mediador (tutor), de forma síncrona e assíncrona, com ferramentas específicas do AVA, para o agendamento de uso do chat e o uso de mensagens do *Moodle*, que poderão ser utilizados para sanar dúvidas de conteúdo e dúvidas quanto às questões técnico administrativas, por parte da equipe de suporte ao aluno.

Observa-se que o acesso regular ao AVA é obrigatório e o discente deve cumprir os prazos estabelecidos no calendário acadêmico e no cronograma de atividades do próprio AVA. A falta de acesso ao ambiente configura ausência e não cumprimento das atividades obrigatórias do curso, o que pode acarretar a reprovação do aluno.

Sendo assim, esse curso contempla a oferta de dois módulos de atividades letivas, subdivididas em blocos, por meio do agrupamento de disciplinas, para que os professores possam atuar de forma interdisciplinar, especialmente na proposição de avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, com vistas a exercitarem os princípios da educação por competência, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (2012, 2021):

Etapas do Curso:

- **1ª Etapa:**

O curso terá início por meio de uma abertura formal, intitulada Aula Inaugural, constituída da presença de representantes das instituições parceiras, ou seja, da Setec/MEC, das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que aderiram a oferta Capes/UAB, bem como especialistas convidados. Em seguida, o início do curso será determinado pela oferta da disciplina “Ambientação em Educação a Distância”, que iniciará os alunos na educação a distância e no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, que terá duração de três semanas, com vistas a garantir, ao aluno, o domínio pleno da plataforma do AVA.

Essa disciplina também deverá capacitar os tutores a distância, para que possam dar suporte aos alunos durante a oferta do curso.

- **2ª Etapa:**

Nessa etapa, serão ofertadas as duas disciplinas, de forma simultânea, a saber: “Epistemologia da Educação Profissional”, “Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional”. Na sequência, serão ofertadas, também de forma simultânea, as disciplinas: “Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional” e “Didática para a Educação Profissional e Tecnológica”. Para essas disciplinas, serão realizadas atividades avaliativas integradas (assíncronas ou síncronas), para que seja exercitada a interdisciplinaridade na formação docente.

- **3ª Etapa:**

Nessa última etapa, serão oferecidas as disciplinas “Projeto Pedagógico na Educação Profissional”, “Práticas Inclusivas na Educação Profissional”, “Pesquisa e Extensão Tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica”, “Trabalho de Conclusão” e “Libras”. As duas primeiras serão ofertadas simultaneamente; em seguida e da mesma forma, as outras duas e, por fim, o Trabalho Final de Curso (TFC). Para essas disciplinas, serão realizadas atividades presenciais e/ou síncronas

avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente. Recomenda-se que enquanto as disciplinas de Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica e Libras estejam sendo ofertadas, os alunos possam iniciar o trabalho de pesquisa para a elaboração das intervenções educativas na EPT – proposta constante da elaboração do Trabalho Final de Curso (TFC).

12.1 Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem é uma atividade cotidiana da prática docente e discente, sendo definida como uma estratégia didático-pedagógica, aplicada no processo de ensino/aprendizagem que é determinada por meio do Plano de Ensino de cada componente curricular, estabelecida pelo professor formador.

Para tanto, neste curso a avaliação será desenvolvida de forma contínua com objetivo formativo, desenvolvida em cada componente curricular, com intuito de que os professores possam compreender e medir o conhecimento adquirido pelos discentes e para que possam ser realizadas “intervenções” significativas no processo de ensino-aprendizagem, colaborando com o processo de regulação e de autorregulação da aprendizagem, a ser realizada tanto no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), quanto nos encontros presenciais e/ou síncronos, utilizados por meio da combinação de diferentes estratégias

Desta forma, a avaliação da aprendizagem deverá incluir as seguintes especificidades: a avaliação da aprendizagem deve ter, sempre, o perfil profissional como referência os objetivos e as competências aqui descritos, além das competências inerentes a cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem, visando a construção de novos saberes. Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados e devem constar no plano de ensino da cada unidade curricular, estimulando o aluno à pesquisa, à reflexão e à criatividade. As avaliações de cada unidade curricular podem ser compostas por:

- Observação da participação dos alunos, pelos professores, no AVA e nas atividades presenciais;
- Trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;

- Exames escritos, com ou sem consulta a materiais didáticos;
- Atividades para a fixação de conteúdo ou aprimoramento de habilidades, tais como, como jogos e roteiros dirigidos;
- Planejamento e execução de projetos;
- Construção de recursos educacionais ou outros instrumentos digitais pertinentes à prática pedagógica;
- Relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- Fóruns;
- Memorial (relato de memórias);
- Elaboração de portfólio como ferramenta pedagógica que consiste em uma listagem de trabalhos realizados pelos discentes, forma cronológica, para a demonstração das competências adquiridas no período avaliado;
- Seminários;
- Atividades práticas referentes à formação docente, dentre outras possibilidades a serem previstas nos planos das disciplinas, desde que estimulem nos discentes a pesquisa, reflexão e criatividade.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, incluindo o cumprimento de, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos pontos destinados à avaliação, considerando uma escala de zero a dez. Portanto, os alunos que não atingirem a média igual ou superior a sete serão desligados do programa, conforme regulamento do curso.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de uma nova atividade avaliativa, no decorrer do período letivo, com vistas à promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão constituir-se de estratégias alternativas, votadas para o atendimento de necessidades específicas, tais como a execução de atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou por meio de estudos dirigidos.

Ao final dos estudos de recuperação, o aluno será submetido à uma nova avaliação, sobre a qual prevalecerá o maior valor entre o obtido na avaliação realizada anteriormente ao processo de recuperação e o obtido na avaliação aplicada posteriormente ao período da recuperação.

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos definidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela Coordenação do Curso,

constando de questionário a ser aplicado aos estudantes, ao final de cada unidade curricular. Os dados dessas avaliações estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, para que os professores possam acessá-los enquanto instrumentos de revisão de suas próprias práticas docentes, quando necessário, bem como para a revisão da estrutura da unidade curricular nas ofertas subsequentes.

12.2 Trabalho Final de Curso – TFC

O artigo 53, parágrafo segundo, alínea II da Resolução CNE/CP nº 01/2021, no que trata da formação docente para a EPT, estabelece:

II - Participar de curso de pós-graduação lato sensu de especialização, de caráter pedagógico, voltado especificamente para a docência na educação profissional, devendo o TCC contemplar, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente em cursos e programas de educação profissional;

O presente projeto estabelece que o Trabalho Final de Curso (TFC) seja constituído de elaboração e posterior apresentação de um projeto de intervenção, desenvolvido por cada cursista, individualmente, e que esteja fundamentado a partir dos conteúdos trabalhados nas disciplinas do curso.

Será disponibilizado material instrucional, bem como capacitação aos professores-orientadores, os quais mediarão a elaboração e execução do trabalho final, e também aos profissionais envolvidos nessa etapa de avaliação, para que possam realizar os preparativos e o acompanhamento local da elaboração e da apresentação de cada TFC.

Como se trata de uma intervenção prática, caberá ao aluno, a elaboração e a construção dessa atividade, mediante as orientações do professor formador/orientador do TFC. Para a avaliação do TFC, as bancas de defesa serão compostas pelo professor formador/orientador do TFC, pelo coordenador do Curso de cada instituição e de um convidado externo, para a avaliação do trabalho realizado e da composição final do texto (relatório). As defesas poderão acontecer virtualmente, isto é, por meio de plataforma virtual, e a média das avaliações comporá a nota final da defesa. O desenvolvimento do TFC prevê a seguinte estrutura mínima:

- A disciplina referente à elaboração do TFC promoverá reflexões acerca da elaboração do projeto de intervenção, bem como disponibilizará material para elaboração do referido projeto;
- Cada aluno escolherá um curso de EPT, ofertado por um dos campus do IFAC, devendo entrar em contato com o coordenador do referido curso e um docente, para realizar uma entrevista inicial sobre os desafios de ensino da EPT;
- Este cursista solicitará autorização para ministrar uma aula prática ou para realizar uma atividade educativa com alunos desse curso de EPT (preferencialmente técnico);
- O professor da disciplina receberá um formulário para avaliar a prática executada pelo aluno do curso, e após o preenchimento desta avaliação a devolverá ao coordenador local, como parte da avaliação da atividade;
- O aluno deverá inserir, no AVA Moodle, o seu projeto de intervenção, o relatório da atividade e o formulário de avaliação, para posterior análise do tutor a distância;
- Caso a avaliação seja insuficiente, uma nova oportunidade será recomendada ao aluno, como atividade de recuperação (período definido no calendário do curso).

A banca atribuirá uma nota de 0 a 10 (zero a dez), com conceito: APROVADO, APROVADO COM RESSALVA ou REPROVADO. O estudante que obtiver no mínimo 7 (sete) pontos de nota do TFC será considerado aprovado, caso contrário será reprovado.

13. Aprovação

Os resultados das avaliações serão qualificados e quantificados e os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, cuja aprovação acontece pelo cumprimento de, no mínimo, 70% (sessenta por cento) de pontos, igual ou superior a 7,0 (sete), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), conforme Resolução nº 32/CONSU/IFAC de 22 de outubro de 2020.

Fará jus ao Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação, o estudante que obtiver aprovação em todos os componentes curriculares e na avaliação do TFC

após a entrega da versão final, sem restrição alguma.

14. Atividades de atendimento aos estudantes

A condução de todo o curso é composta por um conjunto de profissionais da educação, que atuam em diferentes níveis de ensino e em atividades diversas, para que a implementação do curso, o apoio ao estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida sejam garantidos, incluindo o atendimento especial aos estudantes portadores de necessidades específicas, com apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) e das diferentes coordenações, em consonância com a legislação em vigor, com destaque para a Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

O professor juntamente com a coordenação do curso, apoiados pela equipe multiprofissional do *Campus* e do Cread, deverá selecionar metodologias, técnicas e instrumentos avaliativos de acordo com a identificação das necessidades educacionais específicas dos discentes, considerando os seus limites e potencialidades, facilidades ou dificuldades em determinadas áreas do saber ou do fazer, além de contribuir para o crescimento da sua autonomia.

15. Estágio

Não haverá estágio no curso.

16. Avaliação do Curso

Ao final do curso, a Coordenação disponibilizará formulário eletrônico de avaliação, que deverá ser preenchido pelos alunos, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso aconteçam. A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações das disciplinas e da avaliação final do curso.

17. Certificação

17.1 Certificações Intermediárias

Este curso é composto por dois módulos didáticos, com suas respectivas certificações, isto é, ao o aluno que concluir todos os componentes curriculares, será conferido o Certificado de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Ao aluno que concluir apenas o Módulo I, será concedida a Certificação Intermediária, de acordo com a carga horária cumprida e a aprovação nas disciplinas. A Certificação será de Aperfeiçoamento em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.

Para obter a Certificação Intermediária, o estudante deverá requerer o referido certificado à Coordenação do Curso, por meio de preenchimento de formulário específico, após ter sido aprovado em todos os componentes daquele módulo. Não haverá emissão automática de certificado, cabendo, pois, ao cursista, fazer a solicitação da certificação.

17.2 Certificação de conclusão deste curso

O estudante que obtiver o Certificado de Especialista, emitido pela conclusão deste curso, poderá solicitar diplomação de Licenciado para a Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Artigo 53 da Resolução CNE/CP 01/2021 e do artigo 21 da Resolução CNE/CP 02/2019 e, desde que esteja em efetivo exercício de docência na Educação Profissional e Tecnológica e que seja portador de diploma de curso superior de tecnologia ou de qualquer curso de bacharelado, compatível com as formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

18. Ementário

Nome Componente ou Disciplina: Ambientação em Educação a Distância
Carga Horária¹: 30h (Obrigatória)
Objetivos
Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e aprendizagem. Capacitar o aluno para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. Orientar os alunos quanto ao estudo na modalidade a distância.
Ementa
Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.
Conteúdo
Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD). Legislação para EaD. Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle. Ferramentas de Comunicação: email, mensagens, chat e fórum. Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.
Metodologia e recursos utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N° 13.146/2015.
Bibliografia Básica²
LEMOS II, D. L. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Florianópolis: IFSC, 2016. LITTO, M.F.; FORMIGA, M. Educação a Distância: estado da arte. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.

¹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
MOODLE.ORG. Disponível em: <https://moodle.org/?lang=pt_br>. Acesso em: 26 out 2018.

Bibliografia Complementar³

BEHAR, Patricia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.
BEHAR, Patricia Alejandra. Competências em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.
BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). Referenciais de qualidade para a educação superior a distância. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.
CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. Introdução à Educação a Distância. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.
MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. Educação a Distância - Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.
MATTAR, João. Guia de Educação a Distância. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.
PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil. 1ª ed., 2018. Disponível em <<https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>>. Acesso em: 26 out 2018.

Nome Componente ou Disciplina: Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária⁴: 60h (Obrigatória)
Objetivos
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional e Tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis.
Ementa
Esta unidade curricular está dividida em três momentos: conceitual, histórico e estrutural. Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.
Conteúdo
Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.
Metodologia e Recursos utilizados

³ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

⁴ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica⁵

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

BARATO, J. N. Fazer bem-feito: valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Senac SP, 2017.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

Bibliografia Complementar⁶

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010.

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. Revista Vértices, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. Trabalho & Educação, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, A. G. La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie destechniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. PNAD 2014: Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MORAES, G. H. Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>>.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. Rev. Bras. de Estud. Pedagog. [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.;

⁵ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

⁶ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.
ROSE, M. O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.
SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva filosófica. IN: NOZAKI, I. (org.). Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008.
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
WOLLINGER, Paulo. Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

Nome Componente ou Disciplina: **Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária⁷: 60h (Obrigatória)

Objetivos

Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de aprendizagem. Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-aluno atinentes a cada uma delas. Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação.

Ementa

Educação de Adultos: princípios andragógicos e heutagógicos; abordagens e teorias educacionais na atualidade para a Educação Profissional; concepções de aprendizagem na Educação Profissional: teoria da aprendizagem social (ou cognição situada), conceituação na ação (Didática Profissional), teoria ator-rede, sócio-interacionismo no contexto da Educação Profissional, epistemologia da prática ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.

Conteúdo

Fatores e processos psicológicos envolvidos na aprendizagem escolar: Inteligência, Criatividade, Memória, Motivação. Aprendizagem na educação profissional segundo os Processos de Aprendizagem de Vygotsky, Teoria das Inteligências múltiplas de Gardner. Princípios andragógicos e heutagógicos; teoria da aprendizagem social (ou cognição situada - Wenger); teoria da conceituação na ação (pressuposto da Didática Profissional - G. Vergnaud); epistemologia da prática ou epistemologias pessoais (S. Billett); Aprendizagem mediada por obras (J. N. Barato).

Metodologia e Recursos utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades

⁷ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica⁸

BARBIER, J.-M. Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios. Brasília: Liber Livro, 2013.
 MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999.
 PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.
 PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.
 VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem: Um Estudo Experimental da Formação de Conceitos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Bibliografia Complementar⁹

ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.
 BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.
 BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. Rio de Janeiro:

Nome Componente ou Disciplina: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica

Carga Horária¹⁰: 60h (Obrigatória)

Objetivos

Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.

Ementa

Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais.

Conteúdo

Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido. Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional no ensino presencial, EAD e ensino híbrido. Recursos Educacionais Abertos: Vídeos, Simuladores e Jogos. Direitos autorais: Proteção dos direitos de autor, Licenças do movimento de Software Livre e licenças Creative Commons.

Metodologia e Recursos utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação,

⁸ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes

⁹ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

¹⁰ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica¹¹

BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. São Paulo: Penso Editora, 2015.
 BATES, T. Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf>.
 CREATIVE COMMONS BR. Licenças Creative Commons. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/>>. Acesso em 31 de maio de 2020.
 MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
 PONTES, E. O que é esse tal de copyright? 2017. Disponível em: <<https://eadbox.com/copyright/>>. Acesso em 31 de maio de 2020.

Bibliografia Complementar¹²

CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 31 maio de 2020.
 GANDELMAN, H. De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 2001.
 PORVIR. Tecnologias na Educação. Disponível em <<https://porvir.org/especiais/tecnologia/>>. Acesso em 31 maio. 2020.
 SANTOS, A. Recursos Educacionais Abertos no Brasil: [livro eletrônico]: o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>>.
 SARTORI, A; ROESLER, J. Educação a Distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.
 RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). Conceito de recursos educacionais abertos. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Nome Componente ou Disciplina: Didática em Educação Profissional e Tecnológica

Carga Horária¹³: 60h (40h teórica e 20h prática) - Obrigatória

Objetivos

Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação Profissional e Tecnológica. Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT. Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação Profissional.

Ementa

Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.

Conteúdo

- Fundamentos da didática para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Didática Profissional.
- A Cultura Profissional como Elemento para a Didática.
- Atividade Pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica.
- Planejamento do ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Plano de ensino e plano de aula. Estrutura da aula. Estratégias de Ensino: aprendizagem mediada por obras; Simulação; Imersão;

¹¹ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

¹² Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

¹³ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem baseada em problemas; sala de aula invertida; experimento e experiência na EP; estudos de caso; técnicas de aprendizagem ativa.

- Avaliação na Educação Profissional: funções da avaliação; avaliação de competências, avaliação de atividades técnicas, métodos e instrumentos avaliativos diversos.
- Produção de instrumentos avaliativos: critérios pedagógicos, descritores e níveis de desempenho.

Metodologia e Recursos utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº13.146/2015.

Bibliografia Básica¹⁴

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5_b492448a8e.pdf>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación tecnológica y laboral. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

Bibliografia Complementar¹⁵

ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola". Revista Acadêmica da Unigranrio. Vol. IX, nº 1, 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576>>

ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). Processos de Ensinar na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3.ª ed. Joinville: UNIVILLE, 2004.

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set/dez. 2008.

BARATO, Jarbas Novelino. Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.

BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. Disponível em: Acesso em: 25 set. 2016.

¹⁴ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

¹⁵ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

BERBEL, N. A. N. (Org.). Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações. Londrina: UEL/INEP, 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación tecnológica y laboral. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Nome Componente ou Disciplina: Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária¹⁶: 60h (Obrigatória)
Objetivos
Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância. Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA. Discutir sobre currículo no âmbito da EPT.
Ementa
Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação Profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> • Currículo na perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. • Metodologias para a concepção de cursos da Educação Profissional: DACUM; análise da atividade; ERGON-EP. • Contribuições da análise da atividade na concepção de cursos na Educação Profissional. • Educação por competências: conceitos e abordagens. • Elementos de estruturação do currículo na Educação Profissional. • Certificação de saberes profissionais: noções básicas, construção de projeto pedagógico e certificações profissionais. • Currículo de PROEJA. • Formação laboral como atividade de extensão.
Metodologia e recursos utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria

¹⁶ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica¹⁷

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, consulta em 06/03/2020.

JONNAERT, Philippe. Competências e Socioconstrutivismo: Um quadro Teórico. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Org.). Didática profissional: princípios e referências para a educação profissional. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad>.

GRUBER, Crislaine. ERGON-EP: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.

Bibliografia Complementar¹⁸

GRUBER, Crislaine et al. Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação Profissional: uma revisão de literatura. Boletim Técnico do Senac, v. 45, p. 117-137, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

MULDER, M. (Ed.). Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education. Springer, 2017.

NORTON, Robert E. DACUM Handbook. 2. ed. Columbus: Ohio State University Press, 1997.

PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber.

Revista brasileira Estudos pedagógicos, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>.

Nome Componente ou Disciplina: Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica

Carga Horária¹⁹: 45h (Obrigatória)

Objetivos

Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e Tecnológica inclusiva. Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional.

Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com deficiência.

Ementa

Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.

Conteúdo

- Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas;
- O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência;
- A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho;
- Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas;
- Avaliação no processo ensino-aprendizagem;
- Acessibilidade e tecnologias;
- O atendimento educacional especializado.

Metodologia e recursos utilizados

¹⁷ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

¹⁸ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

¹⁹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica²⁰

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 04 abril 2018.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. Lutas Sociais, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/l/article/view/25723>>.

FREITAS, Marcos Cezar de. O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. Reflexões sobre o currículo inclusivo. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.

Bibliografia Complementar²¹

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>>nde <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial [recurso eletrônico] /São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: em <http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf>"tora/formacao.pdf". Acesso em: 18 de maio de 2018.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. Revista Poiesis Pedagógica. Catalão/GO, v. 12, nº 1, p. 7-26, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov.

²⁰ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

²¹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

2014.

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. Manual de acessibilidade em documentos digitais / Bruna Poletto Salton,. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.
STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
SMITH, D. D. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]
VALLE, J. W; CONNOR, D. J. Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola. Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

Nome Componente ou Disciplina: Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária²²: 45h (Obrigatória)
Objetivos
Compreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento, na prática pedagógica e profissional. Compreender o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos. Saber elaborar propostas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com foco no desenvolvimento socioeconômico. Entender a inovação como processo de intervenção tecnológica e social, aplicando-o nas atividades pedagógicas e educacionais. Discutir as contribuições da curricularização da extensão para a formação integral humana e na retroalimentação de saberes e ações para promoção de mudanças na sociedade. Analisar a importância da integração das escolas técnicas com o setor produtivo na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho.
Ementa
Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo e para pesquisa e extensão. Pesquisa e extensão tecnológicas como prática de ensino: estudos de casos. Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias aplicadas à EP. A inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (Lei 13.243/2016 e Decreto 9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> • A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. • O trabalho como princípio educativo. • A articulação entre trabalho, pesquisa e extensão. • Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias e aplicação na Educação Profissional. • Inovação e seu papel tecnológico e social. • A extensão nos currículos escolares. • A integração das escolas técnicas com o setor produtivo.
Metodologia e recursos utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017.

²² Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica²³

BARREIRO, José Henrique De L. C. Dieguez; TURRA, Frederico Antonio. Um Estudo Exploratório Sobre Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas. In: XI CAMARGO, Celia Reis (org). Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador. São Paulo: UNESP, 2002.

GRAY, David E. Pesquisa no mundo real. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

JULIANI, D. P. et al. Inovação social: perspectivas e desafios. Revista Espacios, v. 35, n. 5, 2014.

PEREIRA, André Ferreira. Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.

Bibliografia Complementar²⁴

SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005, Salvador. Artigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_politicas_publicas> BMEC.

Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada. 2014. Disponível em: <<http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada/>>. Acesso em: 14 jun 2018.

BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

BRASIL, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.

Nome Componente ou Disciplina: Trabalho Final de Curso
Carga Horária²⁵: 30h (20h teórica e 10h prática) - Obrigatória
Objetivos
Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação Profissional e compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EP
Ementa
Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Revisão das principais atividades desenvolvidas ao longo do curso para subsídio à intervenção; ● Construção do Projeto de intervenção; ● Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional; ● Implementação do Projeto de intervenção; ● Elaboração de relatório de atividades.
Metodologia e recursos utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.

²³ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

²⁴ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

²⁵ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

<p>Avaliação da Aprendizagem</p> <p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.</p>
<p>Bibliografia Básica²⁶</p> <p>MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. <i>Colloquium Humanarum</i>, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. Jul./dez. 2014.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.</p> <p>THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p>
<p>Bibliografia Complementar²⁷</p> <p>DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em <http://www.dtparaeducadores.org.br>. Acesso em 10 jul. 2017.</p> <p>VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003.</p>

<p align="center">Nome Componente ou Disciplina: Libras</p> <p align="center">Carga Horária²⁸: 30h - Obrigatória</p>
<p>Objetivos</p> <p>Entender aspectos linguísticos, históricos e culturais que permeiam a Língua Brasileira de contextos educacionais e contextos não formais. Conhecer os aspectos históricos da educação de surdos. Identificar as bases legais que determinam o uso Libras em contextos educacionais. Conhecer aspectos gramaticais da Libras.</p>
<p>Ementa</p> <p>Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Direitos legais dos indivíduos surdos. Concepções sobre a surdez. A gramática da Língua Brasileira de Sinais. A prática da Língua Brasileira de Sinais em contextos de comunicação informal.</p>
<p>Conteúdo</p> <p>Concepções sobre a surdez; História da Educação de surdos; Legislação e Libras; Gramática da Libras; A Libras em contextos educacionais e contextos de uso informal.</p>
<p>Metodologia e recursos utilizados</p> <p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pela disciplina. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.</p>
<p>Avaliação da Aprendizagem</p>

²⁶ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

²⁷ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

²⁸ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica²⁹

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
FELIPE, Tanya Amaral; MONTEIRO, Mirna Salerno. Libras em contexto: Curso Básico: Livro do professor. 7. ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008.
LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
BOTELHO, Paula. LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. Inclusão & educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

Bibliografia Complementar³⁰

KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira – Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um Aluno Surdo, e agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Edufscar, 2013.
PERLIN, Gladys. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana Silva e LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.
SILVA, Rafael Dias. Libras: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Pearson, 2015.
STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

²⁹ Observar artigo 35, VI, do ROD da Pós-graduação do Ifes.

³⁰ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

19 REFERÊNCIAS

BARATO, Jarbas Novelino. Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015. BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nr. 11/2012. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Decreto 9.057 de 2017. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 26 de março de 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 06 de 2012. 2012. Disponível em:
BRASIL. Resolução CNE CES 01 de 2018. 2018. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em 26 de março de 2020.

CLOT, Yves. La fonction psychologique du travail. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9,supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>

GARÇON, Anne-Françoise. Les techniques et l'imaginaire. Une question incontournable pour l'historien. Hypothèses, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. Trabalho & Educação. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. La Technologie science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JONNAERT, P. Competências e socioconstrutivismo. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.
LAVE, J.; WENGER, E. Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. Les techniques du corps. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: Journal de Psychologie, XXXII, ne, 3-4, 15 mars – 15 Avril 1936. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthro/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

ROSE, M. O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Senac, 2007.

SENNETT, Richard. O Artífice. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. Comment homo devient faber. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle. 1985. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2018.

SIGAUT, François. Haudricourt et la technologie. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. La technologie de la science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

SIGAUT, François. Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail. Techniques & Culture, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. “La didactique professionnelle”. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VIEIRA PINTO, Álvaro. O conceito de tecnologia. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WENGER, E. Communities of practice: learning, meaning and identity. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem

Epistemológica. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Legislação da Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes):

Portaria CAPES nº 102, de 10/05/2019 – Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1027#anchor>

Portaria CAPES nº 218, de 24/09/2018 - Regulamenta as diretrizes de admissibilidade de novos polos, permanência e desligamento dos polos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=81#anchor>

Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23-11-2017-decreto-n-5800-uab-pdf>

Portaria CAPES nº 183, de 21/10/2016 – Diretrizes para concessão e pagamento de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=294#anchor>

Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017 - Altera a Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=261#anchor>

Instrução Normativa CAPES nº 2, 19/04/2017 – Procedimentos de pagamentos e parâmetros atinentes à concessão de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3#anchor>